
PUBLICAR & MORRER!?

Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores

Lucídio Bianchetti* e Ana Maria Netto Machado**

Neste texto analisamos o impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação no que diz respeito às condições de trabalho dos investigadores, com ênfase na compressão do tempo destinado às tarefas de investigação e de produção científica. No cotejo dos resultados de diversas pesquisas da área educacional e da saúde, aspecto este que se impôs na medida em que as entrevistas foram sendo feitas e as leituras aprofundadas, constatamos que cada vez mais pesquisadores são submetidos a exigências que ultrapassam a possibilidade de serem cumpridas com excelência. Uma das decorrências é o elevado número de investigadores insatisfeitos, cientes de realizar um trabalho que consideram precário e que interfere na sua vida pessoal, pois sentem-se capturados por uma lógica que alia a potencialidade das novas tecnologias à racionalidade mercantil, invadindo o espaço científico-acadêmico, com poucas possibilidades de reversão.

Palavras-chave: produtividade, pesquisa e pós-graduação, tempo, trabalho precário, competição

Introdução

Termos e expressões frequentemente utilizados por investigadores, orientadores/supervisores, coordenadores de programas de pós-graduação e mesmo por estudantes apontam para a constituição de uma nova ambiência na universidade, na qual produtividade, competição, *burnout*, doenças do trabalho, intensificação, angústia, mediocritização, *rankeamento*, punição, publicação, redução de tempo, etc., aparecem como expressões das consequências de que são vítimas esses trabalhadores.

* Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Florianópolis/Brasil).

Encontra-se a desenvolver estudos de pós-doutoramento na Universidade do Porto, com bolsa CAPES.

** Programa de pós-graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC/SC) (Lages/Brasil).

Os discursos que animam o cenário da profissão de docentes investigadores evidenciam que, como consequências da pressão sobre os pesquisadores (Louzada & Silva Filho, 2005b; Sennett, 2006; Waters, 2006), uma espécie de nova categorização espaciotemporal (Bianchetti, 2008a) instaurou-se na vida/trabalho desses profissionais. Passou a ser voz corrente falar de trans-fronteirização do espaço-tempo, criando uma nova temporalidade (Martins, 1996) ou «tempo espacializado» (Zarifian, 2002) e cabendo aos pesquisadores aderir... ou aderir! Parece tratar-se de uma nova dimensão do tempo que ultrapassa a clássica duração da jornada de trabalho e a apropriação do processo e resultado, questões explicitadas por Marx (1987) ao tratar da mais-valia relativa e absoluta e por Thompson (1991) ao apontar as questões relacionadas com o tempo e com a disciplina do trabalho no capitalismo.

Essa nova ambiência da academia, das relações entre pesquisadores e da vida desses trabalhadores, conforma-se naquilo que vem sendo designado como «capitalismo académico» (Casanova, 2001; Delgado, 2006), em um movimento no qual os/as critérios/medidas do mundo das corporações são transferidos para a universidade (Quartiero & Bianchetti, 2005).

A partir de dados obtidos junto de docentes-pesquisadores-orientadores e coordenadores de programas de pós-graduação em Educação no Brasil, analisamos essa realidade com foco nos impactos das políticas produtivistas aplicadas pelo Sistema CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com maior incidência a partir de meados de 1990, quando entra em vigor um modelo de avaliação da pós-graduação (PG) que a vincula ao financiamento. As decorrências deste modelo para o quotidiano e a produção intelectual dos pesquisadores da área de educação são objecto da nossa investigação e discussão neste texto. Os dados e as análises resultam da pesquisa *Política educacional: Orientação/escrita de dissertações e teses em questão: Produção científica & estratégias de orientadores e coordenadores de programas de pós-graduação em Educação* (2002-2007, Financiamento CNPq¹). Foram entrevistados 74 investigadores que, além de desenvolverem pesquisas, actuam/actuaram como docentes, orientadores e coordenadores de programas de PG.

Uma convergência entre pesquisadores brasileiros, em especial na área de Educação, é a de que há uma expansão, que consideram sem precedentes, da produtividade e do incremento da competitividade na PG (Sguissardi, 2006; Horta, 2006). Constatamos que o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho dos envolvidos na PG têm gerado graves consequências para as suas vidas e para a própria ciência, aspectos cada vez mais presentes nas pesquisas.

¹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

1. Tempos da vida, do capital e da comunidade científica: dos deuses gregos ao deus mercado

Eu acho que o mais importante era a qualidade do trabalho. A temporalidade com que ele era executado não tinha muita importância. E hoje eu acho que tem uma inversão absoluta. A gente é prisioneira de uma temporalidade, de uma produtividade, de um fluxo, e aquilo que é o próprio exercício da construção teórica e de pensamento, que tem totalmente outro tempo, porque é o tempo da criação, hoje em dia isso não existe. Então a gente tem um caráter mais de engenharia, temos que obedecer a um fluxo...

Entrevistada

Leminski (1944-1989), na obra *Metaformose*, afirma que «os gregos parecem ter imaginado todo o imaginável» (1999: 63). Rastrear as concepções míticas da noção de tempo na Antiguidade permite conexões esclarecedoras sobre o(s) tempo(s) que vivemos na actual conjuntura. Recuperar a percepção do tempo e das divindades da mitologia grega pode ajudar-nos na reflexão sobre os tempos a que estamos submetidos no meio científico.

A primeira constatação dos gregos foi a de que o tempo passava. Surge, assim, *Chronos*. Esse aspecto da passagem temporal era perceptível a qualquer observador que atentasse para o dia sucedendo à noite e para os ciclos da natureza. Mas, além da passagem sequencial, *cronológica*, outra dimensão do tempo, relacionada com a sua qualidade, precisou ser nominada: a sua intensidade. Daí a segunda divindade, *Kayrós*, próxima, porém distinta. Com *Chronos* e *Kayrós* ocupando-se da cronologia e da intensificação temporal, a construção arquetípica daquilo que viria a ser um dos grandes dilemas da humanidade teria sido, para os gregos, completada: a relação com o tempo (Brandão, 1991; Negri, 2000).

Zarifian (2002), entretanto, baseando-se em trabalho de Deleuze, ao reflectir sobre a concepção filosófica dos gregos com relação ao tempo, contrapõe *Chronos* a uma terceira divindade, *Aiôn*, assim os diferenciando:

Chronos é o presente que existe e que faz do passado e do futuro suas duas dimensões sempre dirigidas, tais que se vai do passado ao futuro, mas à medida que os presentes se sucedem nos mundos ou nos sistemas parciais. *Aiôn* é o passado-futuro em uma subdivisão infinita do momento abstrato, que não cessa de decompor-se nos dois sentidos de uma só vez, esquivando para sempre todo presente (Deleuze *apud* Zarifian, 2002: 2).

A análise da teogonia, passando pelas religiões monoteístas, filosofias e levando em conta manifestações literárias e artísticas, permite-nos constatar que a noção de tempo continua a ser uma variável importante e a sua vivência nos diferentes momentos das narrativas míticas e da História, um desafio. É, então, no interior das narrativas míticas que os gregos, em termos abstractos, gestam o que na materialidade do modo de produção vigente veio a constituir-se como o segredo da constituição e da expansão do capitalismo: como apropriar-se do tempo de trabalho dos trabalhadores e que estratégias utilizar para intensificá-lo, visando garantir a «realização do lucro» (Oliveira, 2006)? A aplicação deste conceito do mundo da economia ao da academia relaciona-se com a necessidade de

compreender as bases ou estratégias utilizadas para potencializar o trabalho dos investigadores, visando alcançar melhores classificações nas avaliações – decorrendo daí mais recursos –, a partir do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e da sua intensificação (mais-valia relativa). E, neste processo, as chamadas novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) são poderosos mediadores no sentido de ampliar e intensificar a jornada de trabalho, particularmente no caso dos pesquisadores, que realizam o seu trabalho sem as limitações de um lugar e de um tempo predeterminados. De ferramentas auxiliares, facilitadoras, as TIC, paradoxalmente, transformam-se em meios de ampliação da produtividade e em expropriadores do tempo de descanso, lazer e fruição, tão necessário ao equilíbrio físico e emocional quanto o tempo de trabalho.

É neste contexto que se insere a discussão sobre «capitalismo acadêmico». As indicações da pesquisa direcionam o foco de análise às formas que o modo de produção capitalista assume e às suas manifestações no trabalho acadêmico, sobretudo na comunidade científica, quando as metas da PG brasileira passam da formação de professores para o ensino superior (até meados da década de 1990) para a formação de pesquisadores (Kuenzer & Moraes, 2005). Nesse processo, a dimensão temporal atinge os pesquisadores na forma de encurtamento dos prazos para conclusão de dissertações e teses (24 e 48 meses respectivamente). Consegue-se assim inserir na academia um elemento que poderia ser considerado um «segredo da acumulação primitiva»² (Marx, 1987): o que designamos aqui de «surto produtivista», complementado por um «surto competitivo», ambos traduzidos pela forte amarração entre fomento e avaliação dos programas de pós-graduação.

Contribuiu para que esse processo se tornasse possível, a nova base tecnológica, em parte resultante do «casamento entre a informática e as telecomunicações» (Nora & Minc, 1981), sem dúvida uma das significativas racionalizações capitalistas tanto no processo de produção e comercialização de produtos e serviços, quanto na produção e veiculação do conhecimento. As linguagens do cinema, da televisão, da rádio, do jornalismo, da edição, da música, da informática, etc., a partir da codificação digital são colocadas sob o mesmo formato e interconectadas. A *Internet* propicia condições para a comunicação entre pares, para o trabalho em equipa e em rede, independentemente do espaço e do tempo onde/quando as pessoas estejam a pesquisar, a estudar, a produzir e a fornecer serviços. Essa potencialização no acesso e na rapidez da transferência das informações passa a significar também a invasão do espaço pessoal e privado. Os limites entre o espaço de trabalho e fruição desvanecem-se: o pesquisador vê-se desamparado diante da voracidade e velocidade das demandas por produtividade. As TIC possibilitam a dispensa das deslocamentos, a realização de entrevistas virtuais, a orientação pela rede, etc. No entanto, o ganho de tempo e economia de energia não foram compensados com mais tempo para o lazer.

² Diferentemente de Adam Smith (1723-1790), que na obra *A Riqueza das Nações* (1983) explica a acumulação inicial de capital por uns em função de terem poupado e a pobreza de outros por serem perdulários, Marx (1985) mostra que o acúmulo se deu mediante a exploração, o roubo e outras formas de apropriação dos bens ou do trabalho alheios.

Há claramente uma apropriação do tempo excedente, uma conjugação de mais-valia absoluta e relativa, quando seria possível pensar na superação daquilo que Marx chamava de «base miserável de produção»³. Se fôssemos falar do ponto de vista técnico, as conquistas colocar-nos-iam no melhor dos mundos imaginado, desejado (Bianchetti, 2008a). Porém, Santos (1996) alerta para uma contradição: nunca tivemos tantas possibilidades técnicas chocando com impossibilidades políticas.

Ao sinalizar essas questões apenas ressaltamos o potencial técnico disponível e ao mesmo tempo a falta de acesso de todos a ele e, principalmente, o facto de a base técnica estar a ser utilizada para acelerar o tempo, para cada vez *menos* pessoas serem sobrecarregadas com *mais* actividades a cumprir. Embora essas manifestações incidam em outros campos, reforçam aspectos centrais aqui abordados ao focalizar o trabalho na universidade, que cada vez menos se diferencia do que ocorre nas empresas.

Pesquisas evidenciam o predomínio de uma «racionalidade mercantil na PG» (Silva Jr., 2005) ou a implementação da «pesquisa administrada» (Adorno *apud* Warde, 2006), decorrendo daí «*la retirada de los intelectuales*» (Follari, 2006). Tal condição leva Chauí (2003: 6) a questionar: «Como foi possível passar da ideia de universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?»

É neste contexto que se compreende o incremento da produtividade e a ampliação da competição *intra* e *entre* programas de PG, como veremos. De outra parte, a supremacia do modelo CAPES, apesar de criticado, é garantida pela estratégia da avaliação feita pelos pares⁴! Afinal, se, por um lado, a concepção do modelo não é autóctone, ou se ele não é adequado às ciências sociais e humanas⁵, por outro, a avaliação pelos pares garante-lhe um lastro de legitimidade e torna-o operacional. Evidentemente, isto não é aceite sem conflitos. Detectamos resistências (na literatura e nos depoimentos), mas não em grau suficiente para travar ou transformar o modelo. Por exemplo, a pergunta «Afinal, os representantes de área são representantes *da* área na CAPES ou representam a CAPES *na* área?» ou a afirmação «a quantidade em PG foi alcançada. Resta agora o desafio de qualificar essa quantidade» são indicações do contencioso.

³ Marx utiliza esta expressão para fazer referência às degradantes condições de trabalho no início do processo de industrialização. Ambientes insalubres, tecnologias elementares, longas jornadas de trabalho, baixos salários, etc., compunham um leque de condições que atentavam contra a saúde dos trabalhadores e a produção. A superação da maior parte destas limitações não garantiu, contudo, a realização das promessas de que era portadora a nova classe dominante.

⁴ A avaliação da CAPES é feita por comissões compostas por professores-investigadores que actuam nos programas de PG. Os colegas indicados formam o colectivo denominado de «pares». Deve ficar claro, no entanto, que a indicação é feita; porém, a palavra final é da diretoria da CAPES, que acata ou não os «pares» indicados. Isto, no entanto, não impede que o órgão de avaliação e financiamento afirme que a «avaliação é feita pelos pares».

⁵ Embora as áreas se caracterizem pela heterogeneidade, o processo de avaliação é feito a partir de um modelo único. Este, conforme explicita Carvalho (2001), tem a sua origem vinculada a um modelo estatístico advindo da área de Economia e Contabilidade.

Paralelamente a essas questões de ordem teórica e burocrático-institucional, pesquisas revelam as repercussões no trabalho e na vida dos envolvidos com a PG. É o caso de Louzada e Silva Filho (2005a, 2005b) ao tratarem da formação de pesquisadores e do sofrimento mental que explicam a relação entre PG e trabalho. Ou do artigo de De Meis *et al.* (2003) sobre o crescimento da competição na ciência brasileira. Talvez ainda não tenhamos obras da estatura de *How to Complete and Survive a Doctoral Dissertation*, de Sternberg (1981), não por falta de «matéria-prima» sobre o assunto, como constatamos na nossa pesquisa. E de mais a mais, obras como *Viva a Tese: Um Guia de Sobrevivência*, de Freitas (2001), são uma indicação de que a tarefa de encarar os horrores e humores do escrever nestas circunstâncias está a ser enfrentada.

Contrariamente às expectativas utópicas do passado em relação ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, vemos o incremento vertiginoso dos números que retratam uma realidade distinta da vida como ela é: aumento do número de doutores, de veículos de disseminação de produções, de eventos científicos e do número de instituições de ensino superior (IES). Porém, a indução dos órgãos de avaliação e financiamento, que mostra o poder da sua intervenção no efetivo incremento de quantidades, não parece ter o mesmo poder de regular ou promover a qualificação destas quantidades.

1.1. «Surto» produtivista: ufanismo no espaço público, sofrimento no espaço privado

O produtivismo não me ofende só pela mediocrização; me ofende eticamente. É a venda de sucata como ouro. Nós não estamos nem apresentando cobre como ouro, como diria Freud; nós estamos apresentando sucata como ouro.

Entrevistada

O jovem sistema de PG *stricto sensu* no Brasil (pouco mais de 40 anos), sob a responsabilidade da CAPES: incluiu o país entre as nações com significativa produção científica mundial (2% das publicações mundiais não é desprezível); forma por ano 10 mil doutores e 40 mil mestres; acompanha, avalia e financia parcial ou totalmente mais de 3 700 cursos de mestrado e doutorado; e ainda assume a avaliação de professores da educação básica (cf. www.capes.gov.br). Este leque de conquistas justifica manifestações ufanistas de membros da comunidade científica, que traduzidas em estatísticas, «compensam» os efeitos ou o custo que os pesquisadores pagam por esses resultados. Também servem para dificultar análises capazes de revelar as precariedades dessa dinâmica na qual todos estão enredados, e que poderia levar à consciência de que significativas descobertas para a humanidade estão diluídas em produções inócuas ou repetidas (De Meis *et al.*, 2003; Machado, 2007) ou de que é preciso aprofundar a compreensão da finalidade da PG no contexto da sua expansão e mudanças da última década (Gatti, 2001).

Contudo, quando conferimos as estatísticas apresentadas pelas agências, os discursos de agentes governamentais ou os artigos de Barreto (2006) e Marchelli (2005) ao confrontarem positivamente a produtividade da PG brasileira com a de outros países, vemos que o custo para a saúde e produção das pesquisas não é contabilizado. Os estudos sobre a «corrida pelo Lattes⁶» (Silva, 2005) ou que evidenciem uma nova faceta da PG e das suas decorrências para a produção do conhecimento e para a saúde do trabalhador, como é o caso, entre outros, dos artigos de De Meis *et al.* (2003) e Duque *et al.* (2005), geram inquietante desconfiança/desconforto.

Embora os números sejam auspiciosos, nem tudo vai bem. Os depoimentos dos 74 pesquisadores entrevistados apontam consequências da pressão por produzir/publicar que podem ser sintetizadas neste depoimento: «O professor universitário é hoje um cara estressado». Esse mesmo pesquisador analisa as causas:

Tem que produzir no mínimo dois produtos qualificados por ano; ter seis ou sete orientandos de mestrado e doutorado, não sei quantos alunos da graduação. É importante que esteja inserido na graduação, que oriente não sei quantas monografias por ano; tem que dar as aulas, ir a congressos, mandar projectos ao CNPq. É um infeliz! Ele hoje não tem nada a ver com aquele cara que há 25 anos, quando comecei minha carreira, sonhei ser. Quer dizer, a gente perdeu uma certa tranquilidade na produção, uma postura intelectual mais crítica e construtiva, e mais relaxada, por uma pressão da produção que é absolutamente indevida, da forma como está se fazendo.

Novas formas de orientação e coordenação do trabalho representam a busca incessante da qualidade das produções: são atitudes adoptadas por orientadores, professores e pesquisadores. A rapidez das informações, as formas neoconservadoras de direcção, os mecanismos repressores, as atitudes inflexíveis acabam por evidenciar um quadro nos programas de PG que reflecte o próprio movimento da sociedade actual, com imposições oriundas da organização hierarquizada, que estabelecem uma complexa rede de interdependência, e constrói com isso um ideário de pesquisa caracterizado pelo pouco espaço à liberdade. A materialização destes aspectos, no Brasil, somente pode ser compreendida num quadro de reduzida autonomia institucional por parte das universidades, uma vez que o gerenciamento, a avaliação e o financiamento da PG gravita no âmbito de decisão de um órgão do Ministério da Educação, a CAPES. Às instituições e aos programas de PG cabe a responsabilidade de executar e prestar contas. Há apenas um modelo de PG e para se beneficiar dele é preciso estar incluído no sistema, submeter-se a regras que propiciam pouca margem de flexibilidade.

No bojo de tal produtivismo garante-se parte substancial do salário, em especial no caso dos professores das universidades públicas, boas avaliações dos pesquisadores e programas que por sua vez instrumentalizam o fomento; *rankings* subsidiam promoções e melhores avaliações e assim por diante. Paralelamente, esse predicado da avaliação fomenta a competitividade, com componentes prejudiciais

⁶ A plataforma na qual estão os *curricula* dos pesquisadores brasileiros denomina-se «Lattes», em homenagem ao físico Cesare Lattes (1924-2005).

aos indivíduos, ao colectivo e à ciência, dado que o que se faz é fim e não meio; é valor de troca mais do que de uso ou de «uso de si pelo outro» em prejuízo do «uso de si para si» (Schwartz, 2005).

1.2. «Surto» competitivo

No período denominado de «expansão» e «consolidação» da PG no Brasil (Saviani, 2006), particularmente entre 1980 e meados dos anos 1990, o processo deu-se precipuamente com base na solidariedade entre programas. De matrizes iniciais como a PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), a PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e o extinto IESAE/FGV-RJ (Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas) foram criados cursos em outras capitais e no interior dos estados. No entanto, à medida que se implanta um sistema de avaliação de programa de PG que discrimina, premeia/castiga, uma espécie de neodarwinismo instaura-se entre e intraprogramas e a competição contamina as relações. No final da década de 1970, por exemplo, uma das primeiras comissões de avaliação da área de Educação negou-se a atribuir um conceito (A, B, C, etc.) aos programas avaliados. E não houve consequências (Fávero, 1999). À época não havia relação de dependência entre avaliação e fomento. Hoje tal atitude seria impensável, tanto por parte das comissões quanto dos programas e pesquisadores, dados os prejuízos decorrentes para indivíduos e colectivo.

À medida, no entanto, que se registou forte expansão do número de programas sem o aumento proporcional dos recursos, a competitividade instaurou-se de tal forma que passou a ser a marca da PG. A própria CAPES, como se reconhecesse que a competição chegou a níveis inadmissíveis, incluiu na ficha de avaliação que serviu de base para classificar os programas na avaliação dos últimos triénios um item relacionado à «solidariedade» entre programas. Teríamos assim passado de uma situação de indução à competitividade à de indução⁷ à solidariedade!?

Outra frente na qual a competitividade aparece intensamente é a das publicações. Paralelamente aos aspectos positivos de contar com mais pessoas a escrever e publicar, surgem distorções da finalidade e sentido deste escrever e publicar – a mola propulsora do avanço da ciência, assente na perspectiva colectiva e cumulativa, cujo dispositivo principal é a visibilidade das descobertas. Ao invés dessa lógica ser prioridade, a «corrida pelo Lattes», por obtenção de pontuações, etc. fez com que o quesito «quantidade de publicações» se transformasse de meio para meta. De Meis *et al.* (2003) chamam a atenção para o facto de que, na verdade, hoje o ritual de passagem dos pós-graduandos não é mais a apresentação da dissertação ou a defesa da tese, mas a publicação do primeiro artigo.

O facto de os autores ressaltarem que «*Brazil's scientific community is under pressure*» (*ibidem*: 1) leva a uma competição nunca vista por ocupar espaço nos meios de publicação consi-

⁷ A respeito da indução, bloqueadora ou supressora da autonomia, cf. Bianchetti (2008b).

derados qualificados e por isso muito disputados: o contexto acaba por gerar distorções de natureza diversa. Uma delas é a de o pesquisador fazer o seu trabalho e, forçado a publicar, submeter-se a patrocinar a impressão da sua obra. Outra distorção, fruto da competitividade, refere-se àquilo que na revisão de literatura inglesa aparece como uma mudança na postura dos editores: ao invés de procurarem os pesquisadores, incentivá-los a escrever e convidá-los a publicar, acabam por ter de assumir a posição de «*gatekeepers*» (Thompson, 2005: 5), protegendo-se de autores desesperados por obter a aceitação de uma editora conceituada.

2. Ingerências do «tempo do capital» na comunidade científica

2.1. *Decorrências para a produção de conhecimentos*

Para explicar a sua estratégia de investigação, Marx (1985) utiliza-se de uma metáfora afirmando que se quisermos entender a anatomia do macaco, devemos estudar o homem, uma vez que o mais avançado revela o mais atrasado, evidenciando que para entender o modo de produção capitalista é preciso investigá-lo onde se apresenta de maneira mais desenvolvida: eis o porquê de ele fazer de Londres o seu «observatório». Seguindo essa indicação, é interessante examinar de que maneira reagiram as universidades norte-americanas, meio século antes das nossas, a mudanças semelhantes às implementadas no Brasil recentemente, e o que elas evidenciam levando em conta a precedência das universidades daquele país. Destacamos dois autores norte-americanos que focalizam as repercussões das políticas produtivistas em dois momentos distintos: meados dos anos de 1950 e início do século XXI. Referimo-nos respectivamente a Jacoby (1990) e Waters (2006). O primeiro, analisando resultados da pressão por produtividade que gerou a fórmula «*publish or perish*», afirma:

Os intelectuais mais jovens não necessitam ou desejam um público mais amplo. Quase todos são apenas professores. Os *campi* são seus lares; os colegas, sua audiência. As monografias e os periódicos especializados, seu meio de comunicação (...). Seus empregos, carreiras e salários dependem da avaliação de especialistas, e esta dependência afecta as questões levantadas e a linguagem empregada (1990: 19).

Das repercussões de uma produção que não repercute, o autor volta-se para as suas decorrências na própria dinâmica vital de professores e alunos. Conforme as suas palavras, «um espectro ronda as universidades americanas ou, pelo menos, seu corpo docente: o enfado. Uma geração de professores entrou nas universidades em meados e no final da década de 1960, quando os *campi* explodiam de tanta energia. Hoje esses professores estão visivelmente entediados, se não desmoralizados» (Jacoby, 1990: 13).

Ao enfatizar a vida intelectual sujeita às regras do mercado, Jacoby salienta que os escritos e a actuação dos académicos tornam-se predominantemente narcisistas e incestuosos, gerando o «eclipse dos intelectuais públicos» (*ibidem*: 19).

Na perspectiva desse autor (*ibidem*), a responsabilidade pela situação ter chegado a esse ponto é exclusivamente dos acadêmicos, isto é, dos intelectuais, que deixaram de ser públicos para se voltarem para o privado, seja cuidando da sua vida profissional, seja atendendo às demandas do mercado. Embora em alguns pontos haja coincidências nas análises de Jacoby e de Waters, para esta (2006), no processo de descaracterização da universidade e das suas funções, desempenharam importante papel outros actores: os administradores.

Diferentemente de Jacoby, Waters (*ibidem*) atribui aos administradores a maior parte da responsabilidade pelas mudanças nas/das universidades. Do seu ponto de vista, a «cultura da contabilidade», a busca da produtividade por todos os meios e como fim, o controle, o anti-intelectualismo, a transformação das universidades em corporações, o «menosprezo pelas humanidades» e «a introdução da ideologia de mercado na academia» devem-se «àqueles que empregam as técnicas de administração de empresas e invadem a casa do intelecto...» (p. 21). E conclui: «O grupo dos MBAs está no comando» (p. 23). Nessa perspectiva, na qual estatísticas e produtos são os resultados esperados, com valor de troca no mercado, as publicações assumiram papel central, pois operaram a transformação de conceitos em produtos, passíveis de comercialização, a ponto de o autor afirmar que houve um aumento «meteórico das publicações académicas desde a década de 1960 até à de 1990» (p. 26), numa explosão semelhante àquela das bolsas de valores.

No Brasil, embora tardiamente, estamos vivendo situações similares às apontadas pelos autores (Jacoby, 1990; Waters, 2006). Para Chauí (2003: 23), «os intelectuais abandonam o livro pelo *paper*». Além disso, chama a atenção para as perdas em termos de formação humana, à medida que a universidade se vai tornando uma instituição operacional, a serviço do mercado.

Na dinâmica da PG, as pessoas são obrigadas a construir estratégias que, analisadas do ponto de vista pessoal, garantem a sobrevivência de si, a sua inserção no programa de PG e uma boa avaliação para o curso. Mas, do ponto de vista da saúde psíquica, colocam os investigadores frente a uma dissociação, conforme depoimento de um entrevistado, à época coordenador de programa:

Eu, como *intelectual*, como pesquisador, penso que o importante é a consistência, a relevância, a contribuição que o teu trabalho traz e acho que produzir pesquisa em educação não é um trabalho de fábrica, em série, onde todos produzem regularmente no mesmo tempo, a mesma quantidade... O mesmo número de páginas, etc. Agora, como *coordenador*, eu tinha que deixar até certo ponto de lado essas minhas convicções e pensar que naquela tinha que zelar para que o programa fosse bem avaliado e tivesse o maior número de bolsas que fosse possível. Então, isso é muito, é muito penoso.

Assim, a cultura instalada sob a égide das regras mercadológicas incide sobre as práticas da comunidade científica, com visível recuo da capacidade de análise e aumento de artifícios para satisfazer as exigências de produtividade.

Destacamos algumas: o problema da co-autoria; da proliferação de periódicos; da inscrição de trabalhos em eventos sem, às vezes, a preocupação de comparecer para apresentar/debater; das

colectâneas; da proliferação de editoras e da publicação mediante pagamento por parte do próprio pesquisador-escritor; da apropriação do trabalho dos orientandos; etc. Estamos hoje numa situação na qual praticamente o pesquisador não consegue publicar um livro de sua autoria exclusiva, pois este demanda pesquisa, reflexão, (re)elaboração, adensamento, o que supõe *tempo*. Assim, a colectânea continua a apresentar-se como uma saída, da mesma forma que os artigos em periódicos. Cabe destacar, contudo que, neste aspecto, estão a ser registados avanços interessantes, mas ainda não o suficiente para modificar a prática do «publicar porque é preciso».

2.2. Decorrências para a saúde individual e colectiva dos pesquisadores

Um preocupante alerta aos pesquisadores e aos responsáveis pela administração dos sistemas de PG resulta da pesquisa de De Meis *et al.* (2003: 8): «*if this pattern is not reversed in the near future, Brazilian science may go from growth to decay without ever realizing its full potential*». Segundo o autor, corremos o risco de esvaziamento da carreira de cientista, dadas as pressões e o sofrimento psíquico ao qual estão submetidos estes profissionais. Ou a pagar um preço individual e colectivo muito alto em termos de sofrimento na busca por se adequar às exigências.

A pesquisa de Louzada e Silva Filho (2005b), realizada com estudantes de PG de programas de universidades públicas, revelou que o campo de trabalho no âmbito da ciência mostra indícios de precarização, com alongamento da formação, inclusive como equivalente a emprego (Mattos, 2007), contratos temporários, etc. Dados da nossa pesquisa corroboram os de Louzada: mostram professores aposentados dedicando-se a trabalho voluntário e recém-doutores participando activamente de grupos de pesquisa em programas de PG consolidados, sem qualquer vínculo laboral, em regime de voluntariado.

Oliveira (2006: 13) analisa assim a situação dos que buscam inserção no mundo do trabalho:

No campo dos trabalhadores, a nova correlação de forças leva ao desmanche dos direitos conquistados ao longo da quadra anterior. A extração da mais-valia encontra menos resistência e o capital perde o efeito civilizador que pudesse ter. A tendência vai para a informalização do trabalho, para a substituição do emprego pela ocupação ou ainda para a desconstrução da relação salarial.

Bourdieu (1998) afirma que a precariedade está por toda parte e é particularmente visível no caso dos desempregados, destacando o que define como *obsessão do desemprego* devido às noções nefastas de competência e concorrência que acaba por instaurar o «reino absoluto da flexibilidade, ou melhor, da flexiploração» (p. 125).

O autor ainda adverte que esse movimento leva conseqüentemente à individualização e ao enfraquecimento das acções colectivas, nas quais inexistente a solidariedade. De acordo com as suas

palavras, esse padrão cria «um exército de reserva de mão-de-obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente de desemprego» (p. 140).

As considerações trazidas por Bourdieu e Oliveira permitem contextualizar os dados empíricos obtidos pelos pesquisadores da saúde – tornando mais dramática a sua afirmação de que a ciência brasileira se dá graças a um enorme desgaste emocional das pessoas envolvidas – que revelam, na pesquisa de De Meis *et al.* (2003: 4), justamente um «*high degree of involvement with their work*». Essa temática estabeleceu-se, narram Louzada e Silva Filho (2005b), a partir de 1998, aquando do suicídio de um doutorando de Harvard que teve grande repercussão. Porém, o problema não pertence ao passado e não é atributo apenas do Primeiro Mundo.

Os depoimentos dos sujeitos da nossa pesquisa convergem e complementam-se também com as conclusões de De Meis *et al.* (2003), cujo trabalho toma narrativas de estudantes e pares. Destacam-se três frentes problemáticas trazidas pelos pesquisadores: 1) a preocupação em torno de publicações e periódicos de impacto; 2) a crescente competição; e 3) a decepção e incerteza sobre a própria carreira. Este último aspecto aparece associado à necessidade de continuamente provar a «competência» (em editais, eventos, periódicos nos quais se pode ter o trabalho ou projecto rejeitado), e a uma situação que permanece continuamente limítrofe: o pesquisador está no limiar de ser eliminado de um sistema que incha cada vez mais. Esta situação impôs-se definitivamente com a implantação da lógica meritocrática, que por sua vez exigiu colocar no centro do cenário as estatísticas e avaliações cientométricas (De Meis *et al.*, 2003), impondo a educação ao longo da vida de tal forma que a profissão do cientista seria similar à de um eterno estudante, submetido a avaliações contínuas.

Na pesquisa de Louzada e Silva Filho (2005a: 10), o sofrimento dos sujeitos neste contexto foi basicamente a indefinição quanto ao futuro:

Antevendo as possíveis dificuldades de inserção, os doutorandos apontaram como alternativa ao emprego efectivo (concurso para universidade pública ou emprego em instituição privada), algo que os «mantivesse fazendo pesquisa». As vias possíveis: a «colaboração», um «pós-doutorado» ou um «contrato de professor visitante».

Em nossa pesquisa, questões similares estão presentes. Entretanto, tomam o primeiro plano as estratégias de enfrentamento da era da produtividade, por meio de submissão ou artifícios, como os descritos nas páginas anteriores, todas no sentido de fazer a cronologia adquirir a elasticidade dos relógios de Salvador Dali, na obra *La persistencia de la memoria* (1931, *Museum of Modern Art/New York*), levando uma das entrevistadas a desabafar que vivemos uma situação na qual «o domingo já é segunda-feira e o sábado ainda é sexta-feira».

A consagrada fórmula norte-americana «*publish or perish*» da década de 1960 poderia aqui ser traduzida e actualizada por uma série de outras expressões, com destaque para «publicar e adoe-

cer». Segundo uma entrevistada, os efeitos das políticas produtivistas «deixaram muitos académicos fora de combate. Alguém fora de combate é, por definição, alguém que foi esmagado...».

Afinal, cabe perguntar, é possível ser intelectual em tempo cronometrado? Ou em tempo previamente delimitado, de «pesquisa administrada»? Uhle (2002: 10) situa a origem do pesquisador moderno fazendo a distinção entre as antigas academias e as sociedades científicas, sendo...

as primeiras patrocinadas pelo Estado, com seus membros remunerados e seus produtos considerados públicos, ao passo que as sociedades são constituídas por diletantes em geral não remunerados. As academias do século XVII são as precursoras de nossas universidades, com seus professores contratados pelo Estado e com a produção académica como tarefa do cargo.

Em seguida, Uhle (*ibidem*: 11) lembra uma observação feita por Nietzsche, no texto de 1874 intitulado *Schopenhauer, O Educador*, no qual menciona «o contra-senso que significa ser contratado para pensar com hora marcada». Percebe-se que, em proporções muito distintas, a inquietação com as temporalidades e a administração do trabalho intelectual estavam presentes há mais de um século. E é nessa direcção também que inserimos as discussões do clássico texto de La Boétie (1530-1563), *Discurso da Servidão Voluntária* (1986), escrito no início da modernidade, perguntando-nos o que leva a comunidade científica a submeter-se aos rigores produtivistas, num contexto tão distinto daquele analisado pelo autor, com tantas condições técnicas para aliviar o trabalho e com políticas que pretendem incentivar o exercício da autonomia (Bianchetti, 2008b).

Mas, se não se regista mais a existência da escravidão e da servidão clássicas como elementos compulsórios para alguém fazer o que não faria se pudesse autodeterminar-se, quais são os elementos, os factores que nos ajudariam a entender porque desempenhamos tantas tarefas; porque assumimos tantos compromissos; porque a «indução voluntária» é tão forte que fazemos mais do que queremos e fazemos coisas que não queremos em tal extensão e intensidade que as doenças físicas e psicossomáticas estão a atingir proporções assustadoras, como tão bem evidenciam, entre outros, Codo *et al.* (1999) e Sennett (1999), este último ao focar as «consequências pessoais do trabalho no capitalismo?»

Finalmente, cabe fazermos eco, em forma de questão, à constatação de Waters: «Esse progresso é apenas uma aparência enganadora, mascarando a melancolia académica?» (2006: 51). Seguido do complemento:

Mas não vamos mais fingir que todos estamos interessados no livre desenvolvimento de ideias e na actividade académica livre. Não vamos mais fingir que os académicos são intelectuais. (...) Poucos, mas muito poucos académicos, ainda são intelectuais... (Waters, 2006: 61).

3. A título de conclusão

Tornei-me uma espécie de máquina, (...). Sou impelido para o trabalho e para ler apenas o que é relevante ou útil. O problema é que estou a ficar viciado nisto.

Abraham Maslow, 1908-1970

Frente a tantos dilemas, ao invés de chegar a conclusões ou fazer prescrições, talvez o mais adequado seja recolocarmos a clássica questão: «*Qué hacer?*» ou o que não fazer? A saída fácil e mais imediata que seria atribuir todas as responsabilidades aos órgãos de avaliação e financiamento ou, no extremo polarizado, embarcar na argumentação de que somos cordeirinhos bem-comportados, obedientes, encaixando-nos tardia e reiteradamente no contexto denunciado por La Boétie (1986), não é a mais adequada. Adaptando aos nossos dias as reflexões deste autor do século XVI, talvez, ao invés de *Servidão voluntária*, seja mais adequado falarmos em *Servidão ambígua* (Pereira, 2001), já que são os próprios pares que os que criticam e aplicam os critérios de avaliação, tendo-se concretizado muitas situações em que a sua actuação foi em defesa da área e, em outras, em que assumiram postura de verdugos dela. Ouvimos de um dos nossos entrevistados que muitas vezes se «sentia ridículo» em aplicar aqueles critérios de avaliação, sabendo de onde se originavam e que consequências trariam aos programas e às pessoas envolvidas. Entretanto, a engrenagem na qual foi chamado a inserir-se, em constante e acelerado movimento, implode o tempo necessário para que aflore a indignação, se desenvolva a reflexão e a tomada de posição, restando, para as horas de repouso, a tomada de consciência desolada e resignada de sentir-se capturado por uma poderosa lógica que remete à irreversibilidade do deus mercado.

Os dados de que dispomos, sejam oriundos da revisão de literatura ou resultantes das nossas entrevistas, permitem esboçar um começo de resposta: evidenciam que nem os órgãos governamentais podem ser encarados como um *deus ex machina* que surge e age autonomamente e nem a comunidade científica está se deixando arrastar ao matadouro sem reagir e propor, posição esta que está ou deveria estar no horizonte da *praxis* de quem se considera professor, pesquisador, intelectual enfim.

A indicação de Evangelista (2006), após uma série de variantes do «publicar ou morrer», pode servir como divisa: «publicar *pero sin morir*».

Por fim, não poderíamos deixar de ressaltar que estão a ocorrer reacções que evidenciam a busca de saídas que garantam processos e resultados mais qualificados do trabalho dos pesquisadores e que interfiram na própria dinâmica do sistema de avaliar e financiar. Os avanços conquistados referem-se a uma maior flexibilidade e racionalização do sistema, em função de atitudes proactivas da comunidade científica, bem como às aprendizagens que foram construídas para cumprir as exigências do sistema CAPES, sem contudo abrir mão da qualidade de vida e dos seus interesses de produção. Estes aspectos aparecem em trabalhos publicados e analisados, entre outros, na *Revista*

Brasileira de Pós-graduação (www2.capes.gov.br/rbpg/) e em Bianchetti (2009a, 2009b) e Bianchetti e Sguissardi (2009). A fase do impacto ou da «quebra paradigmática» (Kuhn, 2003) parece estar cedendo lugar à tomada de atitudes, de reacções, seja por parte do Sistema, seja dos pesquisadores, principalmente na direcção de rever/reverter um modelo que se mostrou eficaz no aumento da produção científica, provocando, porém, comprometimento na qualidade desta produção. Consideramos que a investigação e reflexão sobre o processo e os resultados da avaliação e do financiamento da PG *stricto sensu* no Brasil pode constituir-se num observatório, para o que está a ser implantado e desenvolvido dentro da proposta de ciclos (2º e 3º, mais especificamente) nos sistemas educacionais da Península Ibérica e de outros países da Europa, a partir das diretrizes emanadas do Pacto de Bolonha.

Contacto: Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário s/n, Trindade – CEP 88010-970 Florianópolis, SC – Brasil | Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Av. Castelo Branco, 170 – Bairro Universitário, Caixa Postal 525 – CEP 88 509-900 Lages, SC – Brasil

E-mail: lucidio.bianchetti@pq.cnpq.br; anaescrita@uniplac.net

Referências bibliográficas

- Barreto, Francisco de Sá (2006). O futuro da pós-graduação brasileira. In João Steiner & Gerhard Malnic (Orgs.), *Ensino superior: Conceito & dinâmica* (pp. 157-176). São Paulo: Edusp, IEA & FPESP.
- Bianchetti, Lucídio, & Sguissardi, Valdemar (Orgs.) (2009). *Dilemas da pós-graduação: Gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Bianchetti, Lucídio. (2008a). *Da chave de fenda ao laptop: Tecnologia digital e novas qualificações: Desafios à educação*. Florianópolis: EdDUFSC.
- Bianchetti, Lucídio (2008b). Pós-graduação em educação: Processo e resultados de uma «indução voluntária». *Universidade e Sociedade*, 17(41), 143-164.
- Bianchetti, Lucídio (2009a). 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: Os desafios para uma associação científica e os dilemas dos intelectuais institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 30(3), 13-30.
- Bianchetti, Lucídio (2009b). Dilemas do coordenador de programa de pós-graduação: Entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In Lucídio Bianchetti & Valdemar Sguissardi (Orgs), *Dilemas da pós-graduação: Gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Bourdieu, Pierre (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brandão, Junito (1991). *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, José C. B. (2001). Origens da ANPEd: De instituída a instituinte. *Revista Brasileira de Educação*, 17, 134-138.
- Casanova, Pablo G. (2001). A nova universidade. In Pablo Gentili (Org.), *Universidades na penumbra: Neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez & CLACSO.
- Chauí, Marilena (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 3-15.
- Codo, Wanderley, et al. (Coord.) (1999). *Educação: Carinho e trabalho: Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis & Brasília: Vozes & UnB/Psicologia do Trabalho & CNTE.

- De Meis, Leopoldo, *et al.* (2003). The growing competition in Brazilian science: Rites of passage, stress and burn-out. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 36(9), 1135-1141. Retirado em Março 6, 2007 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2003000900001&lng=en&nrm=iso.
- Delgado, Jaime O. (2006). Neoliberalismo y capitalismo académico. Retirado em Março 6, 2007 de <http://firgoa.usc.es/drupal/node/34777>.
- Duque, Juan C., *et al.* (2005). Estresse e pós-graduação em Medicina Veterinária. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, 1(1), 134-48.
- Evangelista, Olinda (2006). Publicar ou morrer. In Lucidio Bianchetti & Ana M. N. Machado (Orgs.), *A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações* (pp. 297-300). São Paulo & Florianópolis: Cortez & Editora da UFSC.
- Fávero, Osmar (1999). Reavaliando as avaliações da CAPES. In *A avaliação da pós-graduação em debate*. Rio de Janeiro: ANPED.
- Follari, Roberto A. (2006). La retirada de los intelectuales. *Perspectiva*, 24(1), 341-350.
- Freitas, Maria E. (2001). *Viva a tese: Um guia de sobrevivência*. São Paulo: Editora da FGV.
- Gatti, Bernardete A. (2001). Reflexões sobre os desafios da pós-graduação: Novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*, 18, 108-116.
- Horta, José Baía (2006). Avaliação da pós-graduação: Com a palavra os coordenadores de programas. *Perspectiva*, 24(1), 19-48.
- Jacoby, Russel (1990). *Os últimos intelectuais*. São Paulo: EDUSP & Trajetória Cultural.
- Kuenzer, Acácia Z., & Moraes, Maria C. M. (2005). Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, 26(93), 1341-1363.
- Kuhn, Thomas S. (2003). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- La Boétie, Étienne de (1986). *Discurso da servidão voluntária* (3ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Leminski, Paulo (1999). *Metaformose: Uma viagem pelo imaginário grego*. São Paulo: Iluminuras.
- Louzada, Rita Ramos, & Silva Filho, João (2005a). Pós-graduação e trabalho: Um estudo sobre projetos e expectativas de doutorandos brasileiros. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 12(2), 1-17.
- Louzada, Rita de C. R., & Silva Filho, João F. da (2005b). Formação do pesquisador e sofrimento mental: Um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 1-17.
- Machado, Ana Maria Netto (2007). Políticas que impedem o que exigem: Dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação. *Universidade e Sociedade*, 39, 137-149.
- Marchelli, Paulo S. (2005). Formação de doutores no Brasil e no mundo: Algumas comparações. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, 2(3), 7-29.
- Martins, José de S. (1996). As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In José de Souza Martins (Org.), *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.
- Marx, Karl (1985). *O capital*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, Karl (1987). *O capital: Crítica da economia política* (Liv. 1, Vol. II). São Paulo: Difel.
- Mattos, Valéria de B. (2007). *Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: Um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da UFSC*. Dissertação de mestrado, PPGE/UFSC, Florianópolis, Brasil.
- Negrí, Antonio. (2000). *Kairòs, alma vênus, multidão. Nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Nora, Simon, & Minc, Alain (1981). *La informatización de la sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Oliveira, Francisco (2006). *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. Campinas: Boitempo.
- Pereira, Gilson R. de M. (2001). *Servidão ambígua: Valores e condições do magistério*. São Paulo: Escrituras.
- Quartiero, Elisa M., & Bianchetti, Lucídio (Orgs.) (2005). *Educação corporativa: Mundo do trabalho e do conhecimento: Aproximações*. São Paulo & Santa Cruz do Sul: Cortez & EDUNISC.

- Santos, Boaventura de Sousa (1996). Para uma pedagogia do conflito. In Luis Heron Silva *et al.* (Orgs.), *Novos mapas culturais: Novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina.
- Saviani, Dermeval (2006). Pós-graduação em educação no Brasil: Pensando o problema da orientação. In Lucídio Bianchetti & Ana M. N. Machado (Orgs.), *A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações* (pp. 135-164). São Paulo & Florianópolis: Cortez & EdUFSC.
- Schwartz, Yves (2005, Julho). Trabalho e saúde: Construindo outros modos de gestão. In *Associação Brasileira de Saúde Coletiva*. Florianópolis.
- Sennett, Richard (1999). *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo & Rio de Janeiro: Record.
- Sennett, Richard (2006). *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo: Record.
- Sguissardi, Valdemar (2006). A avaliação defensiva no «modelo CAPES de avaliação»: É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, 24(1), 49-88.
- Silva Jr., João dos R. (2005). A racionalidade mercantil da pós-graduação: A produção da ciência pragmática e do individualismo profissional. In Elisa M. Quartiero & Lucídio Bianchetti (Orgs.), *Educação corporativa: Mundo do trabalho e do conhecimento: Aproximações* (pp. 288-312). São Paulo & Santa Cruz do Sul: Cortez & EDUNISC.
- Silva, Antonio O. (2005). A corrida pelo Lattes. In Waldir J. Rampinelli *et al.* (Orgs.), *Universidade: A democracia ameaçada* (pp. 87-96). São Paulo: Xamã.
- Smith, Adam (1983). *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural.
- Sternberg, David (1981). *How to complete and survive a doctoral dissertation*. Nova Iorque: St. Martin's Griffin.
- Thompson, Edward P. (1991). O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In Tomás T. Silva (Org.), *Trabalho, educação e prática social: Por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Thompson, John B. (2005). *Books in the Digital Age*. Cambridge: Polity.
- Uhle, Agueda B. (2002). Sobre amantes e amadores de edição. In Belmira O. Bueno, Julio G. Aquino & Marília P. de Carvalho (Orgs.), *Política de publicação científica em educação no Brasil hoje: Estudos e documentos* (nº 43, 9-30). São Paulo: FAGED/USP.
- Warde, Mirian J. (2006). Sobre orientar pesquisa em tempos de pesquisa administrada. In Lucídio Bianchetti & Ana M. N. Machado (Orgs.), *A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações* (pp. 235-254). São Paulo & Florianópolis: Cortez e EdUFSC.
- Waters, Lindsay (2006). *Inimigos da esperança: Publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: UNESP.
- Zarifian, Philippe (2002). O tempo do trabalho: O tempo-devir frente ao tempo espacializado. *Tempo Social*, 14(2), 1-18.